

## “A LETRA A”: UM INÍCIO DE CONVERSA SEM FIM SOBRE TÓPICOS DE LÍNGUA PORTUGUESA



## “A LETTER A”: A BEGINNING OF AN ENDLESS CONVERSATION ON TOPICS OF PORTUGUESE LANGUAGES

Fábio Roberto Ferreira Barreto<sup>1</sup>

**Resumo:** Trata-se de uma abordagem reflexiva sobre gramática, em seus aspectos fonéticos, morfológicos, sintáticos e semânticos, a partir do termo *a*. O desenvolvimento de aulas acerca de tópicos gramaticais não deve ser ignorado, mas a estratégia para sua inserção suscita abordagens epilinguísticas. Objetiva-se apresentar estratégias que estimulam a curiosidade e a apreensão da língua como objeto vivo, em movimento. Apesar dos avanços da linguística nas metodologias de ensino-aprendizagem, a gramática vem ora sendo ignorada nas salas de aulas, ora abordada sem criticidade. É mister que, compreendendo aspectos atinentes a convenções e a normatizações, os educandos possam refletir sobre a língua portuguesa do Brasil. A partir de experiências didáticas, no transcorrer de duas décadas, e de embasamentos em gramáticos tradicionais como Evanildo Bechara e progressistas como Marcos Bagno (considerado linguista), demonstrar-se-á um rol de discussões plausíveis a se levar a estudantes de anos finais dos anos escolares. Ao ampliar as noções sobre a língua, estimula-se nos discentes o interesse pela disciplina Língua Portuguesa.

**Palavras-chave:** língua portuguesa; gramática; epilinguística; ensino.

**Abstract:** is a reflective approach to grammar, in its phonetic, morphological, syntactic and semantic aspects, based on the term *a*. The development of classes on grammatical topics should not be ignored, but the strategy for their insertion raises epilinguistic approaches. The objective is to present strategies that stimulate curiosity and the apprehension of the language as a living object, in movement. Despite advances in linguistics in teaching-learning methodologies, grammar has sometimes been ignored in classrooms, sometimes approached without criticism. It is essential that, understanding aspects related to conventions and norms, students can reflect on the Portuguese language of Brazil. Based on didactic experiences, over the course of two decades, and foundations in traditional grammarians such as Evanildo Bechara and progressives such as Marcos Bagno, a list of plausible discussions will be shown to take to students in the final years of the school years. By expanding the notions about the language, the students' interest in the discipline is stimulated.

**Keywords:** portuguese language; grammar; epilinguistics; teaching.

<sup>1</sup> Licenciado em Língua Portuguesa e Mestre em Literatura pela Universidade de São Paulo (USP), Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5073460690405683>, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4512-7262>. E-mail: [fabrobferbar@gmail.com](mailto:fabrobferbar@gmail.com)

## Introdução

“A letra A tem seu nome” – em meio a rabiscos e corações – era uma figurinha carimbada nos cadernos de adolescentes de diversas partes do Brasil. Constituíam-se uma estratégia empregada para expressar sentimentos por alguém especial sem, contudo, revelar o nome da pessoa por quem o(a) dono(a) do material escolar tinha “uma quedinha” (gíria cuja acepção é interesse sentimental).

Uma vez que **a**, como a vogal mais utilizada da Língua Portuguesa, está presente em considerável número de antropônimos, multiplicavam-se as especulações acerca de quem era o ser a que se devotava a “paixonite”; inclusive, às vezes, surgia a dúvida se haveria de fato a tal letrinha na grafia do verdadeiro prenome do ser sobre o(a) qual se fazia ou se dissimulava o mistério.

O compositor e cantor Nando Reis, em seu primeiro disco solo, em 2003, valeu-se da expressão “A letra A” para intitular uma de suas músicas mais conhecidas e, também, o álbum gravado naquele ano. À época rendeu (e até hoje rende) conversa sobre a razão pela qual o artista teria criado essa composição.

Corresponderia a uma dedicatória à VÂniA Reis, com quem esteve casado até 2003 – e com quem reatou em 2013? À AnnA Butler, com a qual, no período de desquitado, teve um filho? Ou, ainda descasado, à AdriAnA Lotaif, com quem veio a se relacionar – e para quem, em 2009, dedicou três músicas no trabalho intitulado *Drês?* E, quem sabe, não foi tão somente a voz poética dos versos, que, em expressão alheia a de seu autor, manifestou ideias e sentimentalidades outras que não as de Nando?

Pairam-se dúvidas a respeito das motivações para tratar sobre a composição de Nando Reis, todavia, é incontestado que “A letra A” – quer em sua circulação no contexto juvenil, quer em sua ressignificação poética na letra musical – suscita discussões de ordem semântica acerca da primeira letra do alfabeto.

Trata-se de questões atinentes aos sentidos que a letra “a” pode ter na ocultação ou, também, na indicação de pistas sobre o ser amado (e não a elucubrações de natureza diversa, como as que se atêm aos sons, à classe gramatical nem tampouco às funções nas orações – ou, em outras palavras, não à fonética, nem à morfologia, tampouco à sintaxe).

Mas por que não aproveitar a oportunidade para discorrer acerca da Língua Portuguesa, em sala de aulas, a partir de **a**?

## A gramática, o ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa e a possibilidade de ambas serem legais

A Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), publicada na Portaria N.º 36, de 28 de janeiro de 1959, estabelece as diretrizes para o “ensino programático de Língua Portuguesa” (Art. 1.º). Segundo este documento, subdivide-se a gramática do idioma oficial do país em: “Fonética”, “Morfologia” e “Sintaxe”.

A despeito de posteriormente outras publicações federais relevantes surgirem, tanto na modificação de algumas regras ortográficas quanto nas concepções de ensino de língua<sup>2</sup>, a NGB constitui-se, ainda, como uma das orientações oficiais para ministrar a disciplina, bem como elaborar documentos oficiais, produzir manuais de gramática e a resolver dúvidas acerca dos usos normativos nos contextos mais monitorados (ou mais formais).

O linguista Marcos Bagno (2011, p. 501) afirma que a NGB, “desastrosamente, ainda orienta (ou desorienta) o que se faz em termos de ensino em nosso ambiente escolar”. A despeito de ter se passado um decênio que o estudioso escreveu essa assertiva, ainda se encontra em alguns livros didáticos aprovados pelo PNLD (Programa Nacional Livro e do Material Didático) “a tentativa de transmissão acrítica da NGB” (2011, p. 501).

Corroborando a fala do linguista, sem, contudo, ser injusto com os responsáveis pela aprovação dos livros didáticos, vale um adendo. Esses profissionais, nos últimos anos, vêm elaborando pareceres técnicos para auxiliar os docentes na seleção de obras, embasados em subsídios teóricos consistentes acerca da língua e do ensino da disciplina.

Dos *Guias Digitais PNLD 2020 – Obras Didáticas*, reproduzo um excerto para exemplificar:

No tocante ao ensino de gramática, em geral, a obra foge à apresentação tradicional de esquemas, contendo tópicos isolados de teoria gramatical, promovendo atividades de gramática contextualizada. **Todavia, ainda apresenta alguns exercícios de caráter tradicional e peca por não explorar os textos produzidos pelos alunos para promover atividades de análise linguística (Grifos nossos).** (BRASIL, 2020, p. 01).

<sup>2</sup> Reforma Ortográfica, de 1971, o Acordo Ortográfico, de 1990, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), de 1997 (Ensino Fundamental I), de 1998 (Ensino Fundamental II), e de 2000 (Ensino Médio), as Orientações Curriculares (Ensino Médio), de 2006, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), de 2018.

Efetivamente, de modo geral, os editais do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), inclusive, ancorados nas orientações oficiais, desde os anos de 1990, têm estabelecido como condição *sine qua non* para a aquisição de obras da disciplina o trabalho reflexivo da língua.

Em se tratando de didática do ensino de Língua Portuguesa, é interessante observar que se os livros disponibilizados aos estudantes não ignoram a NGB, os documentos oficiais – sobretudo, os PCNs e a BNCC –, embasados especialmente na Linguística, ao privilegiar aspectos atinentes aos usos e à reflexão sobre a língua, obrigam as editoras a pautarem suas obras o mais próximo possível dessa concepção.

Em outras palavras, têm se preocupado mais – os interessados em vender livros ao Ministério da Educação – com os aspectos atinentes à dimensão epilinguística (reflexão sobre a língua) em detrimento da dimensão metalinguística (descrição de tópicos da gramática tradicional).

Aliás, mesmo os mais tradicionais gramáticos, dentre os quais Evanildo Bechara (1982, p. 25), indicam, como “parte da gramática”, a “semântica” (1982, p. 25); a despeito de a NGB não ter feito menção a essa parte, conforme ressalta um dos maiores especialistas do país, em sua clássica *Moderna Gramática Portuguesa*, cuja primeira edição data de 1961 (dois anos, portanto, após a publicação da normativa oficial).

Afinal, “tudo na língua é semântico” (BECHARA, 2010, p. 290).

### **A gramática pela letra A**

Aproveitando o ensejo de “A letra A”, em sua abordagem semântica, compartilho uma abordagem epilinguística acerca da vogal que inicia o alfabeto para introduzir o ensino de gramática, em seus aspectos fonéticos, morfológicos e sintáticos a educandos dos Anos Finais do Ensino Fundamental.

O objetivo, aqui, todavia, é apresentar algumas colocações acerca de tópicos gramaticais, sem ignorar a importância do texto. Outrossim, evitar “a distância cada vez maior entre o que os pesquisadores pensam sobre a estrutura da língua e o professor que a ensina (transmite) a seus alunos” (GERALDI, 1997, p. 97). Ou, de modo mais modesto, compartilhar experiências profissionais minhas, ancoradas em sala de aulas e em discussões teóricas.

## Fonética

O termo **a** é uma letra que representa um som, perceptível aos ouvidos dos falantes do idioma por um de seus fonemas (unidade sonora). Ainda que interligadas pela utilização de uma na grafia para sinalização e de outra na pronúncia, “não se há de confundir fonema com letra” (BECHARA, 1982, p. 27). É oportuno ressaltar que os estudos dos sons da língua auxiliam na compreensão de fenômenos distintos, para ampliar os conhecimentos e combater os preconceitos linguísticos.

É interessante – ainda nessa perspectiva – os estudantes saberem que há sete vogais no idioma, embora sejam apenas cinco os símbolos de representação escrita. O termo **a** – assim como **ê, é, i, ô, ó** e **u** – se constitui como uma realidade sonora da Língua Portuguesa (vide ilustração abaixo), mas para os sete sons vocálicos há apenas cinco letras.

**Quadro 01: Vogais da língua portuguesa**



Fonte: (BECHARA, 2010, p. 556)

Na Língua Portuguesa, aliás, acentuação “é o modo de proferir um som ou grupo de sons com mais relevos do que outros, com maior intensidade” (BECHARA, 2010, p. 580). É mais amplo do que as regras de acento gráfico: pode-se afirmar que as prescrições de emprego de acentuação gráfica correspondem apenas a um subgrupo dos acentos em português.

“Basicamente, as palavras em português podem ser oxítonas, paroxítonas e proparoxítonas, ou seja, o acento pode cair na última, na penúltima ou na antepenúltima sílaba, respectivamente, contando-se da direita para a esquerda” (ARAÚJO, 2007, p. 07). A seguir, segue um quadro para ampliar a discussão.

## Quadro 02: Acentuação e acentuação gráfica

DO Monossílabo átono	DÓ Monossílabo tônico*	MAS Monossílabo átono	MÁS Monossílabo tônico
*De acordo com a BASE VIII do Acordo Ortográfico, as regras de acentuação gráfica dos monossílabos tônicos são as mesmas das oxítonas (HOUAISS, 1991, p. 25).			
<b>Oxítonas</b>	ApontaDOR sílabo tônico	CraCHÁ sílabo tônico	
<b>Paroxítonas</b>	CaNEta sílabo tônico	LÁpis sílabo tônico	
		GLÓ.ri:a** sílabo tônico	
<b>Proparoxítonas</b>	Óculos sílabo tônico		
Segundo a Base XI do Acordo Ortográfico, há “proparoxítonas reais e aparentes” (HOUAISS, 1991, p.31).			

No que diz respeito à acentuação gráfica, de acordo com os objetivos da aula, vale estender a explanação – com maior ou menor profundidade acerca do tópico – acerca da predominância de paroxítonas na Língua Portuguesa, bem como sobre as regras de emprego de acento gráfico.

Ainda discutindo sobre sons, é uma boa ocasião, inclusive, para lembrar que existem variações de palavras decorrentes do emprego de um ê em selo (substantivo), e um é em selo (verbo). Ao mesmo tempo, discorrer sobre o fato de ocorrerem variações, sobretudo de ordem diatópica (ou geográfica), como em falares da Bahia, nos quais e, com timbre fechado, como em neblina, é pronunciado com a vogal da sílaba pretônica aberta /É/: n/É/blina (CASTRO, 1995, p. 246). E, ainda, sendo uma constatação linguística, não se deve existir preconceito linguístico com quem pronuncia de outro modo que não o de seu sotaque.

Outrossim, para finalizar aqui – e só aqui mesmo, afinal riquíssimas e proveitosas discussões são suscitadas pela fonética – pode-se fazer, neste momento, com que os educandos percebam que, em se tratando dos sons da língua portuguesa, uma das distinções concerne à divisão entre os vocálicos – que têm “uma qualidade acústica específica” (CAGLIARI, 2007, p. 51), haja vista serem articuladas a partir da livre passagem do ar que vem dos pulmões – e os consonantais – cuja articulação encontra obstruções na passagem do ar.

Pedir aos educandos, por exemplo, para pronunciar a vogal **a** e a consoante **j** é uma opção para que notem de que maneira se articula o som /a/ no primeiro caso, isto é

um fonema para produzir o som de uma letra; o /j/, no segundo, mais de um fonema para uma única letra (jota).

### **Morfológica**

“A Letra A” é multifacetada na morfologia.

De modo tão imbricado – para iniciar a conversa – está “A Letra A”, entre sua face fonética e sua faceta morfológica, que, ao enunciar a interjeição “ah” ou verbo “há” – presente, terceira pessoa do singular de haver – recorre-se ao mesmo fonema que enuncia “a” artigo definido feminino, “a” preposição (inclusive craseado) e “a” pronome pessoal caso oblíquo feminino da terceira pessoa do singular<sup>3</sup>.

Parafraseando o ditado popular, é **a** pra toda frase!

Os dois primeiros casos, em comum, têm em sua grafia o emprego de **h**: “ah” e “há”. O fato de a sonorização de ambos, aos ouvidos dos falantes de português, ser idêntica a de outros **as** decorre de **h** não ser “propriamente uma consoante, mas um símbolo que, em razão da etimologia e da tradição escrita do nosso idioma, se conserva no princípio de várias palavras e no fim de algumas interjeições” (BECHARA, 2010, p. 595).

Prosseguindo – senta que lá vem história – tratemos sobre o **a** – ou **as** – na morfologia. Mais do que para quaisquer outros termos da Língua Portuguesa, aplica-se ao primeiro verbete dos dicionários o ensinamento da professora Maria Helena Moura Neves (2017, p. 07): “Algumas palavras têm forma igual para mais de uma classe”.

Observemos o excerto de uma reportagem a partir do qual o mesmo **a** pode pertencer a três classes gramaticais: “Para Luna, que é negra e moradora do Capão Redondo, na periferia de São Paulo, o fato de engravidar na adolescência ser comum ali não **a** ajuda **a** assimilar **a** ideia (Folha de São Paulo, 27 de maio de 2019).

O termo **a**, na última linha da citação, é empregado três vezes, fazendo as vezes de um pronome, de uma preposição e de um artigo definido, respectivamente. No processo ensino-aprendizagem, é comum seguir uma ordem distinta a que aparece no texto acima. Consoante a NGB, nos mais prestigiados manuais de gramática normativa e – por

---

<sup>3</sup> Não listo **a** como pronome demonstrativo, como a tradição gramatical o faz, por concordar com o linguista Marcos Bagno: “essa classificação não é muito satisfatória” (BAGNO, 2011, p. 791). Segundo a gramática tradicional, **a** é um pronome demonstrativo em casos como o a seguir: “sua casa é **a** que fica atrás do supermercado” (HOUAISS, 2001, p. 02). Trata-se de, na exemplificação dada pelo dicionário – a partir de lições da gramática tradicional –, na verdade, um **a** artigo “seguido de um núcleo de sintagma nominal vazio que pôde ser apagado, e a melhor forma prova disso é simplesmente a possibilidade de repetição de sintagma nominal já referido” (BAGNO, 2011, p. 791).

extensão – em muitos livros didáticos da disciplina, a praxe é abordar primeiro o artigo, depois, o pronome e, por fim, a preposição.

Tratarei dos tópicos gramaticais atinentes aos **as** de acordo com os usos do texto publicado no jornal; isto é, na sequência em que aparecem na reportagem. Ao fazer a abordagem, pretendo “apontar o critério da função” (NEVES, 2017, p. 10), para entender de modo mais amplo a questão do **a** em seus usos morfológicos – e, por conseguinte – da própria morfologia das palavras em português.

O primeiro **a** cumpre um papel coesivo de articulação textual, sendo empregado como “pronome pessoal feminino da terceira pessoa”, substituindo o antropônimo “Luna”. É interessante comentar com os educandos que, em muitas situações comunicativas – sobretudo orais –, é comum repetir o nome (citar Luna mais de uma vez, algo como – em lugar de “a ajuda” – falar “ajuda a Luna”, enfatizado algumas vezes com outras palavras, como “a própria Luna”), bem como utilizar o pronome “ela” (em lugar de “a ajuda”, dizer “ajuda ela”); são registros menos prestigiados da língua, nem por isso piores – apenas distintos.

Ainda acerca dessa discussão, trazer à baila as discussões acerca dos clíticos no português brasileiro. Dentre várias questões, uma relacionada aos usos no português brasileiro de “ela”, do caso reto, ou “a” (“la” – como em auxiliá-la – e “na” – entregaram-na –, de acordo com os empregos dos contextos mais monitorados, sendo o último bastante raro), do caso oblíquo, tem muito mais relação com a cacofonia do que com a observância à gramática normativa.

Se se enunciasse “ajuda ela”, a despeito de se notar um registro distinto empregado pela NGB, os ouvidos recriminadores seriam menos severos do que o são com frases como “eu vi ela”. Ora, se o fenômeno linguístico é o mesmo, qual é o porquê de mais celeuma sobre um e muito menos acerca de outro? Simples: o som desagradável do último, provocado pela segmentação das palavras, fazendo-se ouvir, também, “viela”; isto é, cacofonia.

O segundo **a** faz a função de uma preposição.

Para estabelecer relação entre as partes do texto e, ao mesmo tempo, garantir sentido, utilizam-se os conectivos; isto é, além de interligar estabelecendo sentidos. Em gramática, é convencionalizado como duas classes de palavras: preposição e conjunção. No que se refere ao **a** como preposição, existem algumas reflexões interessantes.

A primeira delas se refere ao fato de **a** ser cada vez menos utilizada, mesmo em situações comunicativas mais monitoradas no Brasil de hoje em dia. Em enunciados gramaticalmente possíveis – e, mesmo recomendáveis, segundo a gramática normativa –, como “vou **a** Santo Amaro” ou “entregue o trabalho **a** Armando”, é muito mais comum encontrarmos (ouvirmos e, não raro, lermos) a preposição **para** (e outras dela formadas): “vou **para** (**pra**) Santo Amaro” e “entregue o trabalho **para** o (**pro**) Armando”.

Não há equívoco, nem tampouco mais certo ou menos certo: trata-se de um conjunto de opções da língua, ao qual o falante (de acordo com diversos fatores) recorre para expressar seus pensamentos.

No caso do português brasileiro, é um fato que se verifica no cotidiano. Os ensinamentos atinentes à tradição gramatical mandam usar **a** em casos de movimentações breves, de rápido retorno (como “fui **à** padaria”) e **para** em situações de movimentações duradouras (“quando cheguei de Minas, fui **para** periferia de São Paulo, onde moro até hoje”). Indistintamente, os brasileiros fazem outros usos; em vez de **a**, por exemplo, recorrem à preposição que, segundo a gramática normativa, prescreve situações estáticas (em+a= **na**: “fui na padaria”)

O exemplo acerca da ida “**à**” enseja outra produtiva discussão. O uso pouco frequente de **a** – quase inexistente mesmo no cotidiano, em diversas situações comunicativas, das mais ou às menos monitoradas – dificulta a compreensão de muita gente – inclusive diplomada no ensino superior – acerca do emprego de sinal grave para indicar a fusão entre o **a** preposição e outro **a** (especialmente artigo definido feminino), isto é, crase.

Ademais, o linguista Bagno alerta que, em relação aos lusitanos, fica perceptível o som de um **a** distinto, na entonação de voz, ao passo que para nós, brasileiros, não fica: “O ‘**a** craseado’ tem, para eles, um som diferente do ‘**a** não craseado’. Eles ouvem dois sons, por isso sabem onde vão pôr o acento. Ora, isso não acontece entre nós” (BAGNO, 2009, p. 118).

Esses dois aspectos (baixo uso de **a** como conectivo e semelhanças entre os sons **a** craseado e não craseado, em nosso país) dificultam ainda mais a utilização do sinal grave para indicar crase, em várias situações.

Ainda sobre crase, é interessante ressaltar aos estudantes que, no decorrer da história, entre outros exemplos, houve crase em “coor”, que virou “cor”, e em “creer”,

que ficou “crer” (BAGNO, 2009, p. 116). Mas é um fenômeno em processo na língua, ainda na “língua viva”. O linguista Bagno, é um dos que, inclusive, chamam a atenção para as palavras “cooperar” e “alcoólico” (BAGNO, 2009, p. 116), que, apesar de serem escritas com dois ós, geralmente são pronunciadas como um o apenas.

O terceiro **a** faz a função do artigo. De acordo com Bechara, “chamam-se artigo definido ou simplesmente artigo o, a, os, as que se antepõem a substantivos” (BECHARA, 2010, p. 120).

Mas, para além de um mero acompanhante, “o artigo tem uma propriedade classificatória” (BAGNO, 2011, p. 783). Marcos Bagno afirma que a melhor definição para a categoria gramatical mais relevante dos nomes deveria ser a seguinte: “o substantivo é palavra que pode ser precedida de artigo” (BAGNO, 2011, p. 783). Além disso, toda palavra pode vir a se tornar substantivo por meio de emprego artigo antecedente: “o comer, o porquê, o quando, o como, o bem, o dois” (BAGNO, 2011, p. 783). Ressalte-se que mesmo gramático mais tradicional, como Bechara também reconhece a “função da substantivação” (BECHARA, 2010, p. 120) do artigo.

Uma discussão outra que **a** como artigo pode suscitar é da marca de plural de muitos brasileiros, em muitas situações comunicativas. “Em português a concordância consiste em se adaptar a palavra determinante ao gênero, número e pessoa da palavra determinada” (BECHARA, 2010, p. 416); o que vale para exemplos (já que tratamos de artigo) como este: “**as** casas”; todavia, não é incomum em diversos falares brasileiros, encontrarmos (ouvirmos, especialmente): “**as** casa”.

Segundo a professora Yeda Pessoa de Castro,

a tendência é assinalar o plural dos substantivos apenas pelos artigos que sempre os antecedem, a exemplo de se dizer “*as casa*”, “*os menino*”, “*os livro*”, segundo o padrão do plural dos nomes, feito por meio de prefixos nas línguas bantas (CASTRO, 1983, p. 09).

Para além das questões atinentes às variações linguísticas, essa abordagem permite uma panorâmica sobre as razões de ser o português brasileiro distinto do português dos lusitanos. Dá uma boa prosa, que, por experiência própria, propicia a oportunidade para inserir as questões etnicorraciais em distintos momentos – como, aliás, deve ser –, não apenas em datas comemorativas (como o Dia da Consciência Negra).

E, mesmo que não se trate de **a** como pronome, preposição ou artigo, é possível pensar outras “funções” ainda para esse termo nos mais diversos contextos enunciativos: a Classe dela é **A** (caracterizando, como um adjetivo); a lista de itens é: **A**, **B**, **C** (sequenciando, como um numeral; aliás, **A**, no sistema hexadecimal, amplamente utilizado na informática, corresponde ao número 10); “**A** é uma nota excelente” (denominando um conceito, como um substantivo) ou **ás** (denominando, uma face ou do dado ou do dominó ou, ainda, do baralho, como um substantivo); etc. São querelas, enfim, para outras ocasiões.

### *Sintática*

Assim como em relação aos aspectos fonéticos e morfológicos, imbricam-se os empregos de **a**, também em relação aos de morfologia e sintaxe: inclusive, não poucos gramáticos, abordam o tema, em seus tratados como “morfossintaxe” (morfossintáticos). E é sob essa perspectiva que elucidado com **a** pode nos auxiliar na compreensão de questões gramaticais.

Aliás, a intersecção dos **as**, no que tange a seus traços morfossintáticos, é notada por gramáticos mais conservadores, como Evanildo Bechara – “com função precípua de [de artigo como] adjunto desses substantivos” (BECHARA, 2010, p.120) – e mais progressistas, como Maria Helena de Moura Neves – “**o artigo definido**, o demonstrativo e o possessivo, aparentemente, são apenas internos ao sintagma nominal (são ‘**determinantes**’, são ‘**adjuntos adnominais**’)” (**Grifos nossos**) (NEVES, 2017, p. 19).

Ainda sob o eixo morfossintático, é de pertinência lembrar os estudantes que ao ter marcação de plural apenas no adjunto adnominal, como no caso do **a** (“**as** casa”, citado em exemplo acerca do artigo), fundem-se de tal maneira o fato linguístico que, tão somente, a abordagem didática a separa, de modo a compreender como classe morfológica ou função sintática. Quer no estudo consoante a gramática normativa, quer na pesquisa atinente às contribuições de línguas africanas para a composição do português brasileiro, as linhas que divisam morfologia e sintaxe, de tão tênues, se restringem a recortes da pesquisa e das metodologias de ensino.

Aproximam-se as abordagens acerca de preposição, no que tange ao uso cada vez menos frequente do **a**, com as questões da regência do português brasileiro (“fui à

padaria” e “assisti à novela”, conforme gramática lusitana estabelecida pela NGB, e “fui na padaria” e “assisti a novela”, de acordo com o português do “bom brasileiro”, como poetizou Oswald de Andrade).

Do mesmo modo, a preposição **a**, na função de complemento verbal: quer como objeto indireto (“entregue o trabalho **a** Armando”), quer como objeto direto preposicionado (“Ama **a** Deus”). Em outras palavras, também oportunizam uma boa discussão.

Ao discorrer acerca dos clíticos, inevitavelmente, o pronome **a** compareceu no exemplo como “**a** ajuda” (“ajuda ela”), em que exerce a função de complemento verbal. Ao explicar acerca do pronome **a**, lembrei de outros usos comuns (um deles com o pronome “ela”). Rende as discussões a que aludi acerca da gramática normativa e dos usos do português brasileiro. Também vale para ao fato da anteposição do complemento verbal, no que diz respeito à colocação pronominal na língua, questão morfossintática.

Como “Função sintática do substantivo” (BECHARA, 2010, p. 98), **a** pode exercer também todas as previstas para essa classe, de acordo com a gramática tradicional ainda (em cada contexto enunciativo, cada palavra tem uma função): como objeto direto, por exemplo, “tirei **A** na prova”; como aposto, em outro exemplo, “A turma **A** será a primeira a descer ao teatro e a última a retornar”; como predicativo do sujeito, em outro exemplo ainda, “combustível, no estoque de uma empresa de ônibus, é **A** – não pode faltar esse item”; etc.

### Considerações finais

Ainda que de forma panorâmica, as reflexões acerca de **a**, em suas dimensões fonéticas, morfológicas e sintáticas (além das semânticas) possibilitam a inserção de questões gramaticais pelo viés da reflexão acerca da língua.

Nesta breve exposição acerca do **a** em sala de aulas – está “tudo envolvido nas condições reais de produção, para chegar, afinal, à verificação do cumprimento das funções da linguagem” (NEVES, 2017, p. 19).

Não se trata aqui de fórmula ou de receita para resolver os dilemas entre as expectativas e as realidades das condições para o exercício do magistério (do repertório dos estudantes, diversificado em cada sala de aulas – e mais ainda nos diferentes

estabelecimentos de ensino do Brasil – às condições para o cumprimento do dever pedagógico).

Diferentemente dos falsos profetas do ensino-aprendizagem, não pretendi simplificar a questão. Compartilhei alguns dos caminhos que trilhei como professor, na reflexão sobre tópicos da língua em seus usos, em diferentes contextos comunicativos, embarcando nos estudos de quem se debruçou mais do que eu sobre as temáticas da disciplina e, sobretudo, das necessidades e das curiosidades dos estudantes.

Cada aula é única (e não raro a turma A do mesmo ano escolar, no mesmo ano letivo, é diferente da turma B; só sabe quem é/foi professora e quem é/foi professor). O que interessa, de fato, é como se pode, no papel de docente, utilizar das pesquisas e dos estudos linguísticos em favor do interesse e, especialmente, o aproveitamento escolar dos educandos ao abordar distintos gêneros e diversos registros da língua.

## Referências

ANTUNES, Gabriel Antunes (Org.). **O acento em português**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BAGNO, Marcos. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

BAGNO, Marcos. **Não é errado falar assim!** São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

BRASIL. **Guia do livro didático de língua portuguesa 2020**. Disponível em: [https://pnld.nees.ufal.br/pnld\\_2020/componente-curricular/pnld2020-lingua-portuguesa](https://pnld.nees.ufal.br/pnld_2020/componente-curricular/pnld2020-lingua-portuguesa). Acesso em: 03 de set. 2021.

BRASIL. **Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB)**. Rio de Janeiro: 1959. Disponível em: <https://docs.ufpr.br/~borges/publicacoes/notaveis/NGB.pdf>. Acesso em: 03 set. 2021.

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1982.

BECHARA, Evanildo. **Gramática escolar da Língua Portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Elementos de fonética do português brasileiro**. São Paulo, Paulistana, 2007.

CASTRO, Vandersí Sant’Anna. “A harmonização vocálica na Bahia (dados do APFB)” – **Revista Alfa**, n.º 39. São Paulo: UNESP, 1995. p. 243-250. Disponível em: <file:///C:/Users/TEMP/Downloads/5-a-harmonizacao-voclica-na-bahia.pdf>. Acesso em 03 set. 2021.

CASTRO, Yeda Pessoa de. **Das línguas africanas ao português brasileiro**. Afro-Ásia: 14, 1983. Disponível em: LÍNGUAS AFRICANAS (salvador.ba.gov.br). Acesso em 03 de set. 2021.

GERALDI, João Wanderley. **Portos de passagem**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HOUAISS, Antônio. **A nova ortografia da Língua Portuguesa**. São Paulo: Editora Ática, 1991.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Como as palavras se organizam em classes**. Museu da Língua Portuguesa. Disponível em: <https://www.museudalinguaportuguesa.org.br/wp-content/uploads/2017/09/Como-as-palavras-se-organizam-em-classes.pdf>. Acesso em: 03 set. 2021.

Submetido em 18 de outubro de 2021.

Aceito em 22 de dezembro de 2021.